

MARIA, MÃE DE JESUS, NA IGREJA ANGLICANA
MARY, MOTHER OF JESUS, IN THE ANGLICAN CHURCH

Valeska Freman B. Freitas Silveira¹

Resumo

O presente artigo busca compreender o lugar da figura de Maria, mãe de Jesus, na Igreja Anglicana. Embora faça parte da tradição da Comunhão Anglicana² o respeito à diversidade de convicções e cultos entre as Igrejas Anglicanas, a devoção mariana parece ser um censo comum entre a maioria delas. Nosso objetivo não foi identificar, nem tão pouco analisar as diferenças de cultos a Maria entre as Igrejas Anglicanas. O artigo procurou sinalizar, a partir da análise de documentos produzidos exclusivamente por anglicanos (LOC³) e por documentos produzidos por anglicanos e católicos romanos (ARCIC⁴), quais os princípios e crenças de Maria para os anglicanos. Nosso interesse era verificar se a Reforma Protestante, de matriz luterana e calvinista, havia conseguido anular a devoção mariana na tradição anglicana, sua herdeira histórica.

Palavras-chave: Virgem Maria; Jesus Cristo; Anglicanismo.

Abstract

This article seeks to understand the place of the figure of Mary, Mother of Jesus, in the Anglican Church. Although it is part of the Anglican Communion tradition that respect for the diversity of beliefs and cults among the Anglican Churches, Marian devotion seems to be a common census among most of them. Our goal was not to identify, or even to analyze, the differences of Mary worship among the Anglican Churches. The article sought to point out, from the analysis of documents produced exclusively by Anglicans (LOC) and by documents produced by Anglicans and Roman Catholics (ARCIC), what are the principles and beliefs of Mary for Anglicans. Our interest was to see if the Protestant Reformation, of Lutheran and Calvinist matrix, had managed to annul the Marian devotion in the Anglican tradition, its historical heiress.

¹ Doutoranda em Ciências da Religião (PUC- SP), Mestra em Ciência da Religião (PUC-SP), Bacharel em História (PUC- SP). valeska28freman@gmail.com

² A Comunhão Anglicana é composta por um conjunto de 43 Províncias (Igrejas) autônomas, distribuídas em 164 países. Estas províncias estão em comunhão com a Sé Cantuária sendo unidas pela história, espiritualidade, preceitos litúrgicos (exclusivamente bíblicos) e orientados pelo *Livro de Oração Comum* e um *ethos* comum.

³ LOC- Livro de Oração Comum, que contém toda a crença dos anglicanos.

⁴ ARCIC – Comissão Internacional Anglicano – Católico Romana.

Key- words: Virgin Mary; Jesus Christ; Anglicanism

Maria e as Reformas

Não é objetivo deste trabalho discorrer sobre a Reforma Protestante, nem tão pouco sobre a Reforma na Igreja Anglicana. Mas sim especificar o lugar de Maria nestes movimentos históricos e identificar as influências das ideias reformistas no anglicanismo, faremos uma breve retomada desta transição.

Os séculos XV e XVI inauguraram no Ocidente uma nova possibilidade de se relacionar com Deus, resultado das revoluções científicas, assim como de uma profunda insatisfação dos fiéis em como a Igreja Católica vinha tratando das “coisas de Deus” e principalmente de suas interferências na vida política e econômica da monarquia. Práticas como venda de indulgências, de relíquias religiosas, de cargos eclesiásticos, assim como o concubinato do clero, e a forte interferência do papa nos acordos políticos a fim de garantir a influência da Igreja Católica nas questões de Estado provocaram uma organização cada vez maior de movimentos que questionavam essa atuação da Igreja. O descontentamento era intenso na Europa como descreve Karen Armstrong,

os leigos estavam insatisfeitos com as formas medievais de religião, que não mais respondiam às necessidades do admirável mundo novo. Grandes reformadores deram voz a essa inquietação e descobriram novas maneiras de ver Deus e a salvação. Isso dividiu a Europa em dois campos antagônicos – católicos e protestantes – que nunca se livrariam inteiramente do ódio e da desconfiança recíproca. Reformadores católicos e protestantes exortavam os fiéis a abandonar a devoção periférica a santos e anjos e a concentrar-se apenas em Deus (ARMSTRONG, 2008, p. 324).

Burgueses estavam insatisfeitos com a Igreja Católica, entre outras questões, por esta condenar a usura e cobiça. Os reis, por sua vez, queriam limitar os poderes temporais da Igreja em suas fronteiras. A população carente se sentia traída pela Igreja, pois demonstrava mais interesse pelos problemas mundanos e materiais do que com a exploração que sofriam os mais humildes. O pensamento antropocêntrico, desenvolvido durante o Renascimento, ao valorizar o ser humano, sua individualidade e pensamento crítico, em muito colaboraram para que as críticas à Igreja Católica tomassem vulto. A aproximação entre fé e razão trouxe a reflexão sobre uma nova forma de se relacionar com Deus. A função de mediadora dessa relação entre Deus e a população que até então era da Igreja Católica, passa a não fazer mais

sentido, pelo menos para uma boa parte da população, indignada com os escândalos políticos e morais em que a Igreja estava envolvida.

Em 1517, o monge agostiniano e professor universitário Martinho Lutero ao escrever as 95 teses protestando contra todos esses abusos da Igreja Católica provoca a cisão entre católicos e aqueles que mais tarde passaram a ser denominados protestantes. Considerado herege, excomungado pelo papa Leão X e convenientemente acolhido por parte da nobreza, Lutero desenvolveu ideias que colocavam o ser humano como único responsável pela própria salvação, o que conseqüentemente eliminava o poder da Igreja Católica neste processo. De acordo com Lutero o homem de fé não precisava de intermediação da Igreja para se relacionar com Deus, sua relação poderia ser direta, pois todo homem de fé era capaz de interpretar a Bíblia. Lutero acreditava que a salvação era um processo individual onde o crente, por meio de sua fé em Jesus Cristo tem acesso ao paraíso, essas ideias iam em oposição à Igreja Católica que defendia a necessidade do crente cumprir uma série de sacramentos e obras para alcançar a salvação.

As ideias de Lutero foram rapidamente espalhadas por toda Europa, produzindo várias correntes com diversos nomes e provocando uma verdadeira revolução religiosa. Iniciadas na Alemanha, as Reformas propostas por Lutero à Igreja Católica, tomaram rumos diferentes de acordo com a realidade e a liderança de quem as conduzia, “ironicamente, a Reforma levaria a uma maior confusão doutrinária e à proliferação de novas doutrinas, como bandeiras das várias seitas tão rarefeitas e tênues quanto aquelas que procuravam substituir” (ARMSTRONG, 2008 p.349). Neste breve retrospecto, não abordaremos a distinção entre essas Reformas pela Europa. Nosso objetivo é retomar a repercussão das ideias reformistas na Reforma religiosa ocorrida na Inglaterra em 1534, pelo rei Henrique VIII.

O anglicanismo

De defensor da Igreja Católica em detrimento das ideias luteranas, chegando até mesmo a perseguir seus seguidores, Henrique VIII, rei da Inglaterra, por questões de ordem pessoal e econômica acabou por virar as costas ao papa. Embora o rei já intencionasse diminuir o poder da Igreja Católica sobre seu governo, foi a negativa dada pelo papa, em 1527, para dissolver seu casamento com Catarina de Aragão, para que pudesse casar-se com Ana Bolena, o episódio que culminou o rompimento definitivo de Henrique VIII com a Igreja Católica. O rompimento oficial ocorreu em 1534, quando o Parlamento inglês aprovou o Ato

de Supremacia, que colocava a Igreja sob a autoridade do rei. O rei passava a ser o “único protetor, único senhor e chefe supremo da Igreja e do clero na Inglaterra”.

A partir de então, as propriedades da Igreja Católica passaram para as mãos do rei e da nobreza. O mais interessante é que excetuando a perda da autoridade do papa, que passava a ser do rei da Inglaterra, praticamente todos os demais dogmas da Igreja Católica foram mantidos, inclusive a figura de Maria, como desenvolveremos mais adiante. Ao contrário das demais Reformas que ocorreram na Europa cuja questão religiosa era um dos principais pilares do movimento, a reforma liderada por Henrique VIII fundamentou-se na criação de nova Igreja, a Igreja da Inglaterra, a partir de então conhecida como Igreja Anglicana.

Só mais tarde com sua filha “bastarda” com Ana Bolena, Elizabeth, também chamada de “A Rainha Virgem”, foi que o anglicanismo ganhou uma face mais definitiva, em que se misturavam elementos do ritual católico com os princípios da fé calvinista. Por décadas os herdeiros da dinastia Tudor entraram em conflito com a Igreja Católica, entre eles mesmos e com o povo, sobre quais deveriam ser os rumos da religião na Inglaterra – Catolicismo ou protestantismo?

O anglicanismo pareceu ser uma alternativa que poderia contemplar elementos de ambas as religiões, podendo estrategicamente serem recorridos conforme as necessidades e interesses da monarquia. Procuraremos identificar, neste trabalho, se esta ambiguidade religiosa refletiu na figura de Maria, a Mãe de Jesus.

Maria, na Igreja Anglicana

Alegra-te, cheia de graça, o Senhor está contigo!

Lucas 1, 28

Esse breve retrospecto da formação da Igreja Anglicana nos ajuda a compreender as raízes históricas dessa maior aproximação entre os dogmas anglicanos e os dogmas da Igreja Católica e Protestante, principalmente ao que se refere à figura de Maria.

Fundamentados nos documentos elaborados pela ARCIC – Comissão Internacional Anglicana – Católico Romana e no Livro de Orações Comuns (LOC⁵) da Igreja Anglicana,

⁵ O primeiro Livro de Oração Comum (LOC), de autoria de Thomas Cranmer, surgiu em 1549 durante o breve reinado de Eduardo VI, filho de Henrique VIII com sua terceira esposa, Jane Seymour. Cranmer elaborou o LOC com a intenção de orientar seus fiéis a partir de três princípios básicos: a) supressão dos excessos medievais das tradições católicas, b) a promoção da leitura das escrituras Sagradas, e orientações sobre os ritos da Igreja. O livro é de suma importância para os anglicanos, pois contém toda a sua crença.

procuramos localizar a compreensão da Virgem Maria para a Igreja Anglicana e o nível de aproximação com a tradição da Igreja Católica Apostólica Romana.

A escolha pelos documentos da ARCIC como sendo uma de nossas principais fontes para esta pesquisa se justifica pelo fato de que a Instituição, formada por membros da Igreja Católica Romana e das Igrejas da Comunhão Anglicana, nasceu com o propósito de apoiados nas Escrituras e na tradição comum que antecede a Reforma e a Contra Reforma, identificar os elementos que fossem “harmoniosos com a fé de anglicanos e católicos romanos” (ARCIC, 2005, p.5). Como podemos observar os membros da ARCIC buscaram elaborar um documento baseado na tolerância religiosa e no diálogo ecumênico:

Procuramos usar uma linguagem que reflita o que temos em comum e que transcenda as controvérsias do passado. Ao mesmo tempo nesta Declaração temos de enfrentar definições que são parte essencial da fé dos católicos romanos, mas que são em grande parte estranhas à fé dos anglicanos. Os membros da ARCIC, com o passar do tempo, empenharam-se na aceitação da maneira de fazer teologia de católicos e anglicanos e consideraram, juntos, o contexto histórico em que certas doutrinas foram desenvolvidas. Ao fazer, isso aprendemos a ver de nova maneira nossas próprias tradições, iluminadas e aprofundadas pela compreensão e apreciação das tradições de cada um. (ARCIC, 2005, p.5).

O caráter explicitamente ecumênico do documento nos ajuda a identificar a posição que a Virgem Maria ocupa no pensamento anglicano, assim como grau de aproximação com os católicos romanos.

Maria é *Theotókos*

Benditaés tu entre as mulheres e bendito o fruto do teu ventre

Lucas 1, 42

A compreensão de Maria para os anglicanos parte da figura bíblica de “*Miriam bem Dawid shel Nazaret – Maria, filha de Davi, de Nazaré*”, ou seja parte das Escrituras que revela Maria como mãe e discípula de Jesus (MAÇANEIRO, 2017, p.145).

Embora haja diversidade sobre algumas questões referentes a dogmas e cultos entre as Igrejas que compõem a Comunhão Anglicana, a crença no papel de *Theotókos de Maria é um ponto comum entre todas elas*. Os cristãos de modo geral, como “ortodoxos bizantinos e orientais concordam que Maria seja *Theotókos ou Deipara (= genitora de Deus Filho, na Encarnação do Verbo)* (MAÇANEIRO, 2017, p.153).

Theotókos foi o título dado a Maria, cujo significado é “Mãe de Deus”. Não se sabe ao certo a origem do termo, embora alguns estudos apontem que ele tivesse sido usado antes do século IV pelos primeiros cristãos. Alexandre, patrono de Atanásio, parece ter sido um dos primeiros a empregar, por volta do ano de 319, na cidade de Alexandria, o termo *Theotókos* para referir-se a Maria (PELIKAN, 2011, p. 86). A sociedade estava dividida entre os que compreendiam Maria como *Antropotokos*, isto é aquela que não teria dado a luz ao próprio Deus, mas sim ao homem, que a fé cristã reconhecia como divino e, assim o chama de Deus; e aqueles que a consideravam verdadeiramente como *Theotókos*. Esse conflito estendeu-se por muitos anos, até quando o Concílio de Éfeso (431) passou a defender a ideia de que aquele que não considerasse Maria como a mãe de Deus, estaria condenado a morte, pois negar essa verdade era negar a divindade de Jesus. Ao considerar Maria como a Mãe de Deus, a palavra encarnada, o Concílio de Éfeso passava a dar uma unidade à pessoa de Cristo.

Essa crença oficializada no Concílio de Éfeso sobre o caráter *Theotókos* de Maria é compartilhada por católicos romanos e anglicanos, como podemos observar neste trecho do documento:

Um só e mesmo Filho (...) gerado segundo a divindade dos séculos pelo Pai e, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, gerado da Virgem Maria, Mãe de Deus”. No consenso do Concílio de Éfeso e na definição de fé da Calcedônia, anglicanos e católicos romanos, juntos professam Maria como *Theotókos* (ARCIC, 2005, p.29)

No entanto, em outra parte do mesmo documento, observamos que a crença no caráter *Theotókos* de Maria para os protestantes, ao contrário dos católicos, não deve colocar em risco a crença de que Jesus Cristo é o único mediador entre os seres humanos e Deus. Vejamos o que afirma o documento:

Nós concordamos que só pode haver um mediador entre Deus e o homem, Jesus Cristo, e rejeitamos qualquer interpretação do papel de Maria que obscureça essa afirmação. Nós concordamos em reconhecer que a compreensão cristã sobre Maria está inseparavelmente ligada à doutrina de Cristo e da Igreja. Nós concordamos em reconhecer a graça e a vocação única de Maria, Mãe de Deus encarnado (*Theotókos*), em observar suas festas e assentirmos com sua honra na comunhão dos santos. Nós concordamos que ela foi preparada pela graça divina para ser a mãe de nosso Redentor, por quem ela mesma foi redimida e recebida na glória. Nós concordamos ainda em reconhecer Maria como um modelo de santidade, obediência e fé para todos os cristãos. Aceitamos que é possível tê-la como uma figura profética da Igreja de Deus tanto antes como depois da Encarnação (ARCIC, 2005, p. 10).

A concepção virginal de Maria

Diretamente associada ao caráter *Theotókos*, a *concepção virginal* de Maria, foi uma crença comum a todos os cristãos (católicos e protestantes) até o final do século XIX. Católicos romanos e anglicanos sempre compartilharam dessa crença na *concepção virginal* de Maria, pois além de estar expressa nas Escrituras, Evangelho de Mateus e Lucas ⁶, também corrobora para o fortalecimento da fé da natureza divina de Jesus, e de sua concepção como a ação do Espírito Santo,

A iniciativa divina na história da humanidade é proclamada na Boa Nova da concepção virginal por meio da ação do Espírito Santo (Mt 1, 20-23; Lc 1,34-35). A concepção virginal pode aparecer primeiramente como uma ausência, isto é a falta de um pai humano. Na verdade, no entanto, é um sinal da presença da ação do Espírito (ARCIC, 2005, p.18)

A crença dos reformadores ingleses na virgindade de Maria também pode ser observada no LOC (Livro de Oração Comum). Quando mencionam Maria, os textos litúrgicos enfatizam o “seu papel como ‘Virgem pura’ de cuja ‘substância’ o Filho tomou a natureza humana” (ARCIC, 2005, p.37). Tomemos como exemplo a liturgia anglicana do Natal (*Common prayer book*) onde tanto no prefácio, quanto na coleta, o texto refere-se à Maria como “uma virgem pura”.

Se o reinado de Mary, filha de Henrique VIII e Catarina de Aragão foi dedicado, sem muito êxito, a retomar o catolicismo na Inglaterra, o reinado de Elizabeth I, sua irmã por parte de pai, filha de Ana Bolena, restabeleceu a Igreja Anglicana como Igreja oficial do país. Como resposta à sua excomunhão dada em 1570, pelo papa Pio V, a rainha Elizabeth I declarou “que dia 17 de novembro seria o dia da Ascensão, também conhecido como o Dia da Rainha, que celebraria o momento em que ela ascendera ao trono 12 anos antes. O feriado tornou-se uma data oficial sagrada da Igreja recém-estabelecida” (BINGHAM, 2015).

A apropriação de elementos marianos da tradição católica, não foi apenas com relação à criação do dia da festa de “Ascensão da Rainha”. Elizabeth I apropriou-se, também do título de Rainha Virgem e Gloriana, ambos referentes à Maria, mãe de Jesus.

De acordo com Pelikan os anglicanos por vezes tentaram diminuir a presença de Maria, mãe de Jesus, do imaginário dos ingleses atribuindo as suas principais referências de Virgem e Rainha a Elizabeth I.

⁶ O Evangelho de Mateus é um dos que mais faz menção ao nascimento de Jesus. Nele dois elementos são marcantes: a apresentação de Maria como a “mãe virginal de Jesus” e sua concepção segundo o Espírito Santo. O Evangelho de Lucas é o que mais fala sobre Maria. É sabido que dos 152 versículos do Novo Testamento referentes à Maria, 90 foram escritos por Lucas. A ênfase do Evangelho de Lucas é ressaltar as qualidades da Mãe de Jesus.

O culto à Gloriana foi habilmente criado para proteger a ordem pública e, principalmente, para substituir as exterioridades da religião pré-reformistas, a exemplo do culto da Virgem Maria e dos santos com suas imagens, procissões, cerimônias e comemorações profanas (STRONG, Roy, In: PELIKAN,2000 p.217).

A intenção de estabelecer um paralelo entre a rainha da Inglaterra e a Mãe de Jesus, também foi marcada durante os pronunciamentos públicos de Elizabeth I. Neles a Rainha Virgem lembrava o povo inglês de que ela era como uma mãe para todos “preocupada com sua segurança e sossego de todos” (BINGHAM,2015).

Maria nas orações e hinos

As orações tanto litúrgicas quanto pessoais sempre garantiram o lugar de Maria na vida da Igreja Anglicana. Embora no século XVI a devoção mariana tenha diminuído, sua presença resistiu a partir de orações como o *Magnificat*, e mesmo de outras orações como relata o documento:

No século XVII, escritores, como Lancelot Andrews, Jeremy Taylor e Thomas Ken re-apropriaram-se da tradição patrística de apreciação, mas completa do lugar de Maria das orações do crente e da Igreja. Por exemplo, Andrews, em seu *Prece Privatae*, fez uso das liturgias orientais ao mostrar calorosa devoção a Maria, ‘comemorando a toda santa, imaculada, mais que bem-aventurada Mãe de Deus e sempre Virgem Maria. Essa reapropriação pode ser observada no século seguinte e no Movimento de Oxford, no século XIX. (ARCIC, 2005, pp.37-38)

Porém, graças à renovação litúrgica ocorrida no século XX, a Igreja Anglicana restabeleceu a presença da Virgem Maria no LOC, nos lecionários dominicais e diários dos Dias Santos, acompanhadas com as respectivas leituras da Escritura. Podemos encontrá-la em alguns momentos importantes das liturgias da Igreja Anglicana, tais como na Recitação dominical dos credos Apostólicos ou Niceno, nas orações do Comum dos Santos, nos prefácios e nas Orações Eucarísticas.

Na Oração Eucarística II, o nome de Maria está presente quando se diz acerca do filho “Tu O enviaste para assumir a carne humana, nascer da Virgem Maria e ser o Salvador e Redentor do mundo”, está presente, também no corpo da Grande Oração Eucarística B, que assim como a anterior relembra que Jesus nasceu da Virgem Maria.

Os hinos anglicanos por sua vez, apresentam de modo geral, poucas músicas referentes à Virgem Maria. São nas celebrações natalinas e na Epifania que a mãe de Jesus, em comunhão com os Santos e em louvor à trindade, mais se faz presente como podemos observar nos exemplos abaixo:

Ó Virgem Mãe do Redentor, / Cheia de graça, em seu louvor / Também cantas – aleluia! / Lá nas alturas entre os anjos, / Na companhia dos arcanjos: / Aleluia! Aleluia! Aleluia! Aleluia! Aleluia! (terceira estrofe do Hinário Episcopal n.º 218, 1962).

Honra demos a Maria, Virgem bem-aventurada. / Adoremos a seu filho, luz do céu a nós mandada. / Deus-menino veio à terra, Virgem-Mãe lhe deu beleza. / Fez-se carne o eterno Verbo, Nossa é dele a natureza. / Honra ao filho de Maria! Em seu lar de piedade, / Nem pobreza, nem fadiga, Nele impedem a bondade / Seu amor à mãe bendita é constante, puro e forte; / Se deveres os separam, nela pensa até na morte. / Toda a glória ao Pai se oferte, toda a glória ao Filho seja, / Toda a glória ao Paráclito – cante sempre a santa Igreja. / Essa mesma trilogia, lá no céu Maria entoa, / Repetida pelos santos, pela terra inteira ecoa! (n.º 107 do Hinário Episcopal, 1962).

De acordo com o Reverendo Teixeira (1999), embora a Igreja Anglicana possua hinos evocativos à Virgem Maria, jamais encontraremos hinos dedicados em louvor a ela. Como podemos observar nos exemplos acima, os hinos anglicanos referem-se à Bem-aventurada Virgem Maria, sempre em referência ao seu papel primordial de Mãe de Jesus, dado que ainda segundo o reverendo Teixeira (1999), demarca o caráter “cristocêntrico da liturgia anglicana”.

Maria e as festas litúrgicas

As festas em que constatamos a presença de Maria, de acordo com o calendário litúrgico anglicano (LOC ,1662⁷), são cinco: Conceção de Maria, Natividade de Maria, Anunciação, Visitação e Purificação ou Apresentação. A Festa da Assunção foi excluída por considerarem falta de respaldo bíblico, e por entenderem que Maria estava sendo exaltada às custas de Cristo. (ARCIC, 2005, p.37). As festas marianas estão diretamente associadas ao ciclo natalino.

Na edição do LOC de 1789, os anglicanos norte americanos, considerados a principal influência do anglicanismo brasileiro, mantiveram em seu calendário litúrgico, apenas duas festas, a da Purificação e da Anunciação. Na edição de 1970, o Livro de Oração Comum (LOC) apresenta a mudança do nome da Festa da Purificação para “Apresentação de Nosso Senhor Jesus Cristo no Templo”, e mantém a festa da Anunciação, registra a festa da Visitação à Virgem em 31 de maio, festeja os pais da Virgem em 26 de julho, e dedica um dia especial à Virgem (15 de agosto) sob o título “*Saint Mary the Virgen, Mother of Our Lord Jesus Christ*” (TEIXEIRA, 1999, p.3).

⁷ Tanto o calendário de 1561 quanto a liturgia da Igreja Anglicana foram reproduzidos no Livro de Oração Comum (LOC) de 1962.

O primeiro Livro de Oração Comum (LOC) da Igreja Anglicana Episcopal do Brasil apresentou as mesmas festas que a do LOC americano.

Templos dedicados a Maria

Após o Concílio de Éfeso templos começaram a ser dedicados a Maria. A exemplo das Igrejas Católicas romanas essa prática estendeu-se a várias Igrejas Anglicanas. Dessa forma, podemos encontrar inúmeras catedrais e dezenas de capelas anglicanas, espalhadas pelo mundo e dedicadas à memória da Virgem Maria. Alguns exemplos dessas belíssimas catedrais são: a “*The Church of Saint Mary The Virgin*” em New York, nos Estados Unidos; a “*St Mary’s Cathedral*” em Edinburgh, na Escócia; a “*The Cathedral Church of the Blesses Virgin Mary*”, em Lincoln, na Inglaterra; a Igreja de “St. Mary em Nackington”, Inglaterra; a Igreja de “St Mary” em Hong Kong; e tantas outras Igrejas e catedrais dedicadas à memória da mãe de Jesus. No Brasil, citamos as paróquias da “Virgem Maria” em Caxias do Sul (RS) e de “Santa Maria” em Belém (PA).

A quantidade de Igrejas anglicanas dedicadas à Virgem Maria, assim como as constantes referências ao nome das catedrais à mãe de Deus, demonstra o lugar especial que Maria tem para os anglicanos. No entanto, os mesmos anglicanos sinalizam que nomear as catedrais com o nome de Maria ou com nome de santos, não pode ser interpretado como uma questão devocional, mas apenas uma expressão devocional, como afirma o reverendo Teixeira “os templos anglicanos são locais de reunião cültica da comunidade cristã, para louvor exclusivo à SS. Trindade, por Cristo, com Cristo e em Cristo” (1999).

Maria da imaculada concepção e assunção

Uma das temáticas de maior divergência entre católicos romanos e anglicanos é com relação à doutrina da *imaculada concepção e assunção de Maria*, considerada dogma fundamental da Igreja Católica e motivo de descrença por parte dos anglicanos, como consta no documento:

Os dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção suscitam um problema especial para os anglicanos, que não consideram que as definições precisas dadas por esses dogmas sejam suficientemente apoiadas pela Escritura (ARCIC, 2005, p.10).

Para os católicos Maria “Imaculada” não se refere a sua santidade autônoma, como se “ela mesma fosse ‘divina’ ou ‘pura’ por virtude pessoal. Ao contrário: os católicos creem que – ao considerar Maria ‘imaculada’ – isso se deve somente a graça que nela atuou, por causa dos méritos de Cristo: é por graça e pela graça que ela é imaculada” (MAÇANEIRO, 2017, p.155).

Para os anglicanos a Assunção de Maria, ou seja, o fato de ela participar da glória celeste, se justifica pelo fato de Deus a ter assumido desde sua existência. Nesse sentido, a Igreja Anglicana aceita apenas dois dogmas com relação à Virgem Maria: o dogma do nascimento virginal de Jesus Cristo, e o dogma que considera Maria *Theotókos*, isto é, a mãe de Deus. Os dogmas da Imaculada Conceição e Assunção de Maria não são reconhecidos pela Igreja Anglicana por não terem, segundo eles, fundamentados nas Escrituras, não fazerem parte das verdades reveladas, mas apenas indicação do bispo de Roma.

O grau devocional a Maria

A devoção mariana segundo a Comunhão Anglicana se justifica por eles a considerarem grande exemplo de conduta para toda a humanidade. De acordo com o reverendo Aquino (1999), Maria é exemplo de *humildade, desprendimento, submissão, santidade, é a bem-aventurada entre todas as mulheres.*

Exemplo de *humildade*, pois ao ser confrontada com o Anjo para ser a mãe de Jesus ela reconheceu sua condição humana, e sua indignidade diante da importante missão, como podemos observar nos escritos de Lutero:

Deus olhou para mim, uma moça pobre, desprezada e insignificante. Ele poderia ter escolhido ricas importantes, nobres e poderosas rainhas, filhas de príncipes e grandes autoridades. Poderia muito bem ter escolhido a filha de Anãs ou Caifás, que teriam sido os maiores do país. Porém ele olhou para mim, por pura bondade e usou para este fim uma moça humilde e desprezada. Diante dele ninguém deveria vangloriar-se de ter sido digno disso. Também eu tenho que confessar que se trata de pura graça e bondade. Não há merecimento ou dignidade nenhuma de minha parte (LUTERO, 1999, p.38).

O *desprendimento* de Maria ao abandonar tudo para aceitar ser a mãe de Jesus, é outro exemplo reconhecido pelos anglicanos. Maria abandonou toda a sua história pessoal, arriscando a própria relação com seu noivo José para assumir a sua Missão. O exemplo de *santidade* é retratado na sua devoção incondicional, pois de acordo com os anglicanos, ela dedicou todo o seu corpo e alma à missão de ser a mãe de Deus.

Maria é tida, pelos anglicanos, como exemplo de *submissão* ao se colocar a serviço dos planos de Deus: “Disse então Maria: Eu sou a serva do Senhor! Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1,38). Graças à submissão de Maria aos planos de Deus, no momento da Anunciação do Anjo Gabriel, é que Jesus Cristo veio à vida como verbo encarnado, dando início a uma nova história da humanidade. Esta citação do Evangelho de Lucas evidencia o compromisso radical de Maria com Deus, exemplo segundo os anglicanos que todos devem seguir.

A devoção mariana em muito é inspirada na crença de ser a Virgem Maria a mais bem aventurada de todas as mulheres, pois a ela foi dada a graça de ser se a Mãe de Deus encarnado. No entanto, é importante pontuarmos que para os grupos anglo-católicos⁸, a devoção à Virgem Maria é ainda mais acentuada. Podemos encontrar nas Igrejas dessa tradição a presença, até mesmo de imagens da Virgem Maria. Como é o caso da “imagem conhecida como ‘Our Lady of Canterbury’ na cripta da Igreja Catedral de Cristo, em Canterbury” (AQUINO,2015).

De acordo com o Reverendo Aquino (2015), desde 1061, algumas Igrejas de tradição anglo-católicas, são consideradas lugares de peregrinação mariana, como por exemplo, a Igreja de Walsingham, na Inglaterra que é visitada por milhares de pessoas que querem prestar e manifestar sua devoção à Virgem Maria.

Porém, de acordo com o documento da ARCIC, há de se ponderar os “exageros” devocionais a Maria, pois graças à devoção fervorosa e a popularidade da espiritualidade mariana no século XIX que foram definidos os dogmas da Imaculada Conceição (1854) e da Assunção (1950) e estes, por sua vez, acabaram por dividir não apenas católicos romanos e anglicanos, mas os próprios anglicanos (ARCIC, 2005, p.38).

A exemplo de Lutero, os anglicanos acreditam que Maria deve ser saudada, elogiada, honrada, mas nunca “invocada”, como afirma o documento:

Nós concordamos que só pode haver um mediador entre Deus e o homem, Jesus Cristo, e rejeitamos qualquer interpretação do papel de Maria que obscureça essa afirmação. Nós concordamos em reconhecer que a compreensão cristã sobre Maria está inseparavelmente ligada à doutrina de Cristo e da Igreja. Nós concordamos em reconhecer a graça e a vocação única de Maria, Mãe de Deus encarnado (*Theotókos*), em observar suas festas e em assentirmos com sua honra na comunhão dos santos (...) (ARCIC, 2005, p.10).

⁸ **Anglo-católicos** são os fiéis inseridos dentro da Comunhão Anglicana que enfatizam a continuidade com a tradição católica. Os anglo-católicos possuem várias crenças e rituais religiosos semelhantes aos da Igreja Católica Romana, tais como a celebração de sete sacramentos, a devoção à Virgem Maria e aos santos, a descrição do seu clero ordenado como padres e madres, a criação de ordens religiosas e outros.

Ou seja, para os reformadores, de modo geral, incluir o nome de Maria em invocações diretas, é uma forma de ferir a crença de que a única mediação possível entre Deus e os seres humanos é Jesus Cristo. Ainda de acordo com os documentos da ARCIC, qualquer expressão devocional ou doutrina que não sejam balizadas nas Escrituras, não devem ser consideradas legítimas.

O receio, segundo a Comunhão das Igrejas Anglicanas, é que alguns excessos de devoção a Maria, cometidos durante o final da Idade Média voltem à tona. Durante a Alta Idade Média a “crescente ênfase na humanidade de Cristo igualou-se em atenção e virtude exemplares de Maria. (...) A meditação sobre a vida tanto de Cristo quanto de Maria, tornou-se cada vez mais popular e aumentou o desenvolvimento de práticas devocionais, tais como o rosário. As pinturas, esculturas e vitrais da Alta e Baixa Idade Média deram a esta devoção imediatismo e cor” (ARCIC, 2005, p.34).

Os anglicanos enfatizam a ideia de que ninguém é obrigado à devoção mariana, mas todos têm direito a fazê-la, desde que baseados num aprofundamento bíblico que fortaleça a sua visão cristológica integral de modo a levá-los a uma devoção que possa enriquecer a adoração a Deus.

Considerações finais

A partir dos documentos analisados e da literatura de apoio, pudemos observar os lugares de Maria, mãe de Jesus, na Comunhão das Igrejas Anglicanas. Nossos estudos apontaram várias aproximações entre as Igrejas Anglicanas, de modo geral, e a Igreja Católica Apostólica Romana, sendo as mais significativas: a consideração do caráter *Theotókos* de Maria, a certeza de que qualquer interpretação do papel de Maria não deve obscurecer a mediação única de Cristo e a convicção de que qualquer consideração a respeito de Maria deve sempre estar ligada às doutrinas de Cristo na Igreja.

As muitas formas de devoção a Maria, tais como orações, festas, espaços sagrados, hinos, também são muito comuns entre católicos romanos e anglicanos. Observamos que Maria ocupa um lugar de honra na Comunhão dos Santos e como tal é lembrada na liturgia anglicana e católica romana.

Contudo os pontos de divergência com relação à Igreja Católica são aqueles que evidentemente mais aproximam as Igrejas Anglicanas do protestantismo. Citamos como exemplos deste distanciamento com relação aos católicos e da nítida aproximação com o protestantismo, as questões referentes aos dogmas da concepção imaculada, a assunção na

glória celeste de Maria, e (de acordo com os anglicanos) o abuso devocional com relação a Maria chegando a ameaçar a centralidade de Jesus Cristo e a certeza de que apenas Ele é o intermediário entre nós e Deus.

Dessa forma, concluímos que se confirma a nossa hipótese inicial, de que as ideias dos reformadores luteranos e principalmente calvinistas não haviam aniquilado a devoção mariana entre os anglicanos. A partir da observação dos pontos de convergências e de divergências entre católicos romanos e anglicanos, e das conseqüentes aproximações com o protestantismo, no que diz respeito à mariologia, constatamos um certo “hibridismo católico-protestante” na Igreja Anglicana.

Entendemos que esse “hibridismo católico-protestante” é resultado do caminho muito particular da Reforma na Inglaterra, em que mesmo sobre as influências calvinistas, a devoção mariana (característica da tradição católica) nunca foi totalmente eliminada das Igrejas Anglicanas. Ou seja, no Anglicanismo a tradição da Reforma Protestante parece coexistir com alguns dogmas e práticas importantes do catolicismo romano.

Os documentos apontaram também que o diálogo ecumênico e a tolerância têm sido a grande engrenagem nas relações entre Igreja Anglicana e Igreja Católica Romana, em que se tem buscado fortalecer os pontos comuns entre ambas as tradições e respeitar de maneira reflexiva os pontos divergentes. Concluímos, desta forma, que a devoção à Virgem Maria é realizada em ambas as tradições religiosas, de acordo com seus dogmas, e que as diferenças entre elas não comprometem a comunhão e respeito entre católicos romanos e anglicanos.

Referências bibliográficas

ARMSTRONG, Karen. *Uma história de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BÍBLIA – Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BINGHAM, Jane . *História Viva - Tudors: A Verdadeira História de uma Dinastia Gloriosa*. São Paulo: Ediouro, 2015.

COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA. *Maria: graça e esperança em Cristo*. São Paulo: Paulinas, 2005.

IEAB/ DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO. *A natureza da fé cristã: uma declaração da Câmara dos Bispos da Inglaterra*. Porto Alegre: 1998.

Hinário Episcopal. Porto Alegre: Publicadora Ecclesia, 1962.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM: Forma abreviada e atualizada com Salmos litúrgicos. Porto Alegre: Igreja Episcopal do Brasil, 1987.

LUTERO, Martin. *O louvor de Maria: Magnificat*. São Leopoldo: SINODAL, 1999.

MAÇANEIRO, Marcial. Maria no diálogo ecumênico. In. *Maria no coração da Igreja - Múltiplos olhares sobre a mariologia*. Coleção: Maria em nossa vida. União Marista do Brasil - UMBRASIL. São Paulo: Paulinas, 2017.

NASCIMENTO, Rodson Ricardo Souza. Centro de estudos Anglicanos: *Gratia et Spes: A Bem-aventurada Virgem Maria na Liturgia Anglicana*.

NEIL, S. *El Anglicanismo*, M.C.E. Madri, Horeb: 1986

PELIKAN, Jaroslav. *Maria através dos séculos: seu papel na história da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STRING, Roy. *The cult of Elizabeth portraiture and pageantry*. Londres: Thames and Hudson, 1977, p16.

TEIXEIRA, Luiz Caetano G. *A Bem-aventurada Virgem Maria no Anglicanismo*. In Grande Sinal – Revista de Espiritualidade, Ano LII-1999/2. Petrópolis: Instituto Teológico Franciscano, 1999.